

Revista
PRAIAVERMELHA
Estudos de Política e Teoria Social

v. 23 n. 1
Janeiro/Junho 2013
Rio de Janeiro
ISSN 1414-9184

Revista Praia Vermelha	Rio de Janeiro	v. 23	n. 1	p. 01-320	Jan/Jun 2013
------------------------	----------------	-------	------	-----------	--------------

“Exportar é o que importa”: a opção pelo agronegócio no campo brasileiro durante o decênio 2003-13

André Villar Gomez & Marcos Barreira

RESUMO

Na última década, o Brasil se tornou um dos maiores exportadores de commodities de todo o mundo. O agronegócio passou a ser considerado por muitos analistas como um modelo de sucesso. No entanto, esse modelo não cessou de aprofundar as contradições na sociedade e gerar graves problemas ecológicos. O presente texto busca mostrar que o proeminente lugar do agronegócio na última década não resultou do desenvolvimento “natural” da economia. Ela tem sido uma opção do governo do PT que, aproveitando a conjuntura econômica internacional favorável, estimulou a produção agrícola baseada na grande propriedade e na alta tecnologia, em detrimento da produção para o mercado interno e da pequena propriedade. Ao invés de um programa que alterasse a estrutura fundiária do país, o governo do PT contribuiu para promover uma espécie de “modernização conservadora” no campo brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE

Commodities.
Agronegócio.
Modernização.
Revolução Conservadora.

Recebido em 15/09/13.

Aprovado em 14/11/13.

“Exporting is what matters”: the predilection for agribusiness in the brazilian fields - 2003-13

In the last decade, Brazil has become a major exporter of commodities worldwide. Agribusiness has been considered by many analysts as a successful model. However, this model has continued to deepen the contradictions in society and create serious ecological problems. This paper seeks to show that the prominent place of agribusiness in the last decade did not result from “natural” development of the economy. It has been an option of PT’s government that, taking advantage of the favorable international economic context, stimulated agricultural production based on large properties and high technology at the expense of production oriented to domestic market and based on small farms. Instead of a program that altered the agrarian structure, the PT government has promoted a kind of “conservative modernization” in the Brazilian countryside.

KEYWORDS Commodities. Agribusiness. Modernization. Conservative Revolution.

Revista Praia Vermelha	Rio de Janeiro	v. 23	n. 1	p. 141-151	Jan/June 2013
------------------------	----------------	-------	------	------------	---------------

O setor agropecuário é considerado o mais “eficiente” e “competitivo” da economia brasileira. Desde há alguns anos, ele vem ganhando mercados no exterior e garantindo o saldo positivo da balança comercial. Mesmo sofrendo contestação de ambientalistas e ativistas sociais, o modelo do agronegócio tornou-se, para a maior parte da opinião pública, um exemplo de sucesso. Os números apresentados por seus defensores apontam que, em 2012, o agronegócio foi responsável por 23% do PIB e 37% dos empregos (considerando não apenas o trabalho no campo, mas também a indústria e o comércio ligados ao setor) gerados no Brasil (RODRIGUES, 2013).

A formação dos primeiros complexos da indústria agrícola data dos anos 1960-70, período de aceleração da modernização econômica nacional. Mas foi a partir da década de 1990, via internacionalização das cadeias produtivas, que se constituíram as bases do modelo atual. Em tempos de economia globalizada, especialmente a carne e os grãos se tornaram os principais produtos nacionais de exportação. Foi o efeito de duas décadas de políticas de crédito subsidiado e de preço mínimo, praticadas sempre em benefício dos grandes proprietários de terras. Na agricultura, ganhou forma a dicotomia entre o segmento empresarial internacionalizado (com base nas grandes propriedades) e uma grande quantidade de pequenos produtores rurais que permaneceram à margem das políticas de financiamento estatal. O resultado foi a expulsão em massa das famílias pobres, consideradas de “baixa produtividade”, que se deslocaram para as periferias dos centros urbanos.

No início do século XXI, o setor agropecuário brasileiro deu um salto ainda maior que o das décadas anteriores, tornando-se o segundo exportador mundial (atrás dos Estados Unidos). O crescimento foi tão grande que esbarrou nos problemas de infraestrutura e logística para escoar a produção. Desde então, é crescente a demanda dos produtores rurais por um sistema integrado de transporte e portos capaz de acompanhar a mudança do modelo produtivo. Um panorama desse setor revela grande diversida-

de: produção de alimentos, fibras, energia e outros produtos. A soja e as carnes (bovinos e frango) lideram o ranking. Na produção da soja, entre 2000 e 2009, o desempenho do Brasil passou de 4,2 bilhões de dólares para 17 bilhões. O complexo da soja (grão, farelo e óleo) se espalhou por vários estados, liderados pelo Mato Grosso, que concentrou quase 30% da safra 2011/2012. Em menos de 20 anos, a cultura da soja se difundiu nos estados meridionais, passando pelo Centro-Oeste, até alcançar o oeste da Bahia e o cerrado maranhense. A agricultura desenvolvida nos últimos anos apresenta elevado grau de tecnicidade. Na produção de fibras, uma variedade de eucalipto transgênico foi desenvolvida diretamente para a fabricação de celulose. No estado de São Paulo, a lavoura da cana-de-açúcar possui uma produção altamente mecanizada, cerca de 70% do total. Quanto ao cultivo de grãos, especialmente nos casos da soja e do milho, a tecnologia aplicada tem permitido aos produtores - considerados isoladamente - a redução de suas áreas cultivadas.¹ A maior parte dessa produção (130 milhões de toneladas na última safra) é transformada em ração animal. Uma comparação com a produção de alimentos como o arroz e o feijão, que atingiram, respectivamente, 12 e 3 milhões de toneladas, permite calcular a importância econômica dos novos produtos. A característica básica do modelo agrícola atual, tal como no caso da soja, é o seu caráter exportador: das 38 milhões de toneladas de açúcar produzidas no Brasil, 26 vão para o exterior; 75% da plantação de laranja, que tem no Brasil a maior produção mundial, também é exportada. O algodão produzido no Centro-Oeste (com variedades transgênicas mais resistentes) fez com que, em 10 anos, o país mudasse sua condição de maior comprador para exportador. No entanto, grande parte do que aparece nas estatísticas como “riqueza nacional” é, na realidade, um resultado da integração do campo às cadeias transnacionais, nas quais as terras locais são usadas como plataformas de exportação das grandes empresas globais. Por fim, além da capitalização da produção de alimentos e ração animal, a agroindústria é responsável por aproximadamente 18% da matriz energética brasileira, concentrando-se na fabricação do etanol (derivado da cana-de-açúcar) e do biodiesel (óleos vegetais).²

1 Por outro lado, a maior produtividade permitiu ampliar a demanda, o que exige novas terras e mais produtores, além de resultar na elevação do preço da terra.

2 Em 2004, foi lançado o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel, integrado aos projetos de geração de renda e desenvolvimento regional; O Programa,

Durante o período de crescimento econômico, entre as décadas de 1960-70, a política agrícola do regime militar caracterizou-se pelo subsídio (na forma do crédito rural e do financiamento da comercialização) aos produtores com maior capacidade empresarial, além da política de expansão da fronteira agrícola e colonização. Parte da “modernização conservadora”, os complexos agroindustriais tornaram-se, nos últimos anos, os grandes exportadores de commodities em uma escala e nível tecnológico que não podem ser alcançados fora do modelo das grandes propriedades. A produção de alimentos para o mercado interno, sem contar o que não é comercializado, continua bastante dependente da agricultura familiar. Em alguns casos, ela é a principal responsável pela produção (mandioca, feijão, milho etc.). Não é segredo que a maior parte do que vai para a mesa dos brasileiros é produzida por pequenos agricultores. Por outro lado, é pouco significativa a participação destes nos principais produtos da pauta de exportações. Além disso, a grande propriedade exportadora ocupa uma pequena parcela da força de trabalho do campo. Com pouco mais de 24% das terras, a pequena agricultura é responsável por 74% das pessoas ocupadas no campo.³

O padrão produtivo que aparece hoje como um consenso entre analistas econômicos e representantes do governo é menos uma evolução “natural” da concorrência econômica do que uma opção política. Ainda que a política agrícola vigente esteja submetida a grandes pressões externas – tanto no que diz respeito às inovações tecnológicas quanto à reorientação da produção – a velocidade com que se deu a transformação do campo brasileiro indica a existência de um projeto bem definido. O papel das exportações e os números referentes à geração de empregos fazem parte dos mitos em torno da produtividade do agronegócio. Em primeiro lugar, a orientação para a exportação determina uma mudança do perfil da agricultura, que passa a privilegiar as demandas do crescimento de economias periféricas (notadamente a China) em detrimento da produção de alimentos para o mercado

que se integra aos projetos de geração de renda e desenvolvimento regional, visa produzir biodiesel a partir de diferentes fontes e em diferentes regiões (BRASIL, 2012a, p. 22).

3 Os números de 2006 apontam a mudança em curso no campo brasileiro: no censo agropecuário de 1995/6 (IBGE), a pequena agricultura, que ocupava 30% das terras, ainda era responsável por 86,6% dos empregos diretos e ao latifúndio cabiam apenas 2,5%. As propriedades de tamanho médio respondiam por 10,9% das ocupações (IBGE, 2006).

interno. Em meio a essa alteração, o Brasil voltou a importar uma série de itens alimentares básicos, antes produzidos internamente. Na geração de emprego-renda, o setor agropecuário tem apresentando uma tendência negativa, devido ao avanço tecnológico, em particular a mecanização da lavoura. Os números apresentados pelos defensores do modelo atual para caracterizar a sua participação no PIB só podem ser obtidos com a adição dos empregos relativos ao processamento industrial e à comercialização dos produtos derivados dos novos complexos agroindustriais. Não se trata, portanto, da ocupação no setor agropecuário, mas a uma imbricação de diferentes esferas da economia que torna obsoletas as classificações da composição setorial e cujos números podem ser manipulados de acordo com os respectivos interesses.⁴ Em todo caso, os êxitos maiores ou menores do modelo em questão têm sido aferidos em termos puramente quantitativos, sem consideração pelas suas implicações socioambientais.

Mesmo assim, as toneladas de grãos usadas como critério de “desenvolvimento” não podem dissimular a pressão dos grandes produtores rurais – através da chamada bancada ruralista – para a não atualização dos índices de produtividade. Isso significa que, ao lado de empreendimentos altamente bem-sucedidos, encontram-se as inúmeras terras improdutivas que sempre caracterizaram o espaço agrário brasileiro, agora disfarçadas pelas cifras das exportações.⁵

A opção pelo padrão empresarial-exportador se fortaleceu durante a segunda metade da década de 1990. Nesse período, ocorreu um salto tecnológico baseado nos processos de mecanização e automação. As empresas transnacionais que dominam o mercado da mecanização se voltaram para o Brasil. Tudo isso tornou visível o potencial de exploração agrícola do país.

4 Estamos diante dos processos – já bem avançados – de urbanização do meio rural (que inclui o desenvolvimento de atividades não-agrícolas) e de industrialização da agricultura. Essas tendências acompanham o decréscimo dos setores industriais tradicionais. Assim, o crescimento industrial verificado nos últimos anos refere-se à agroindústria, que, no entanto, continua a ser representada como um setor “primário”. Só assim o nível de ocupação na produção industrial pôde se manter estável (24% das ocupações) entre 1980 e 2008 (POCHMANN, 2012).

5 Uma parte considerável dessas propriedades funciona como estoque de terras paradas das empresas “campeãs de produtividade”. Esse quadro torna absurda a exigência do lobby da bancada ruralista – ou Frente Parlamentar da Agricultura, pela modificação do Código Florestal com o fim de expandir as atividades deste setor.

Mas, ao mesmo tempo, o período em questão foi marcado pelo esvaziamento econômico, refletido nos altos índices de desemprego, na desindustrialização, no endividamento dos produtores rurais. A abertura dos mercados expôs à concorrência os produtores locais (grandes, médios e pequenos) com baixa produtividade e dificuldades de crédito.⁶

De modo contraditório, o cenário da segunda metade dos anos 1990 era o de uma conjuntura recessiva, com dívidas elevadas e preços agrícolas despencando, e uma grande expectativa futura. Em 1997, Fábio Meirelles, então presidente da Faesp, afirmava: “a agricultura é que vai equilibrar a balança comercial brasileira no longo prazo. Não será a indústria ou os semimanufaturados, que até agora não conseguiram atingir o ponto de equilíbrio” (UM ano..., 1997, p.26). O motivo de tanta confiança era a base tecnológica, praticamente pronta para dar o “grande salto”. Faltava apenas um projeto de reestruturação agropecuária.

O principal articulador político do agronegócio no período pré-Lula, Roberto Rodrigues, foi outro idealizador do salto necessário. Para ele, o setor agropecuário possuía dois extremos: a agricultura de negócios, baseada na grande propriedade e ligada aos complexos agroindustriais; e a agricultura de subsistência, sem condições de concorrer no mercado. Entre elas, uma agricultura familiar com potencial competitivo a ser integrada. Na perspectiva de Rodrigues, para reverter os efeitos de duas décadas de crise no campo, a massa de pequenos proprietários e sem-terras, teria que ser subsidiada “franca e abertamente” pelo Estado, “por um período de duas gerações. Até que o neto desse agricultor esteja preparado para assumir outras funções na sociedade” (POLÍTICA no prato..., 1998). De presidente da Aliança Cooperativa Internacional, um organismo mundial com sede na Suíça, Rodrigues tornou-se Ministro da Agricultura do primeiro governo Lula, em 2003.

6 Em 1999, uma marcha de agropecuaristas chegou à Brasília trazendo como reivindicação a renegociação dos empréstimos com o Banco do Brasil. De acordo com o repórter Lúcio Vaz, que investigou os bastidores da negociação política envolvendo os interesses dos produtores rurais no Congresso, “grandes produtores deviam milhões de reais, mas eles falavam que a maior parte da dívida era de pequenos e médios agricultores. Um projeto de lei tramitando na Câmara previa o perdão de até 60% de algumas dívidas [...] O interesse pessoal de alguns parlamentares na aprovação do tal projeto já estava evidente. [...] Um grupo de apenas 2% dos produtores rurais que tomaram empréstimos no banco oficial respondia por mais da metade dos créditos agrícolas concedidos pela instituição – algo próximo de R\$13,7 bilhões” (VAZ, 2005, p. 149-150).

Pensando a agricultura sob a ótica das cadeias produtivas internacionais, o novo governo desenvolveu um projeto abrangente e eficaz, que combinava desenvolvimento tecnológico, demandas externas e programas sociais para os desempregados do campo – exatamente o modelo propagado por Rodrigues no final dos anos 1990. Deste modo, tornou-se evidente, no interior do governo Lula, a contradição – que logo seria resolvida – entre os dois modelos agrícolas divergentes.⁷ Ao invés de um programa de modificação da estrutura fundiária capaz de conter o desemprego no campo, o governo, com suporte da Lei Complementar nº 87 (de 1996), que isentou de impostos os produtos e serviços destinados à exportação, orientou-se pela alta conjuntural das commodities no mercado mundial.

No início do governo Lula, mais de 70% da força de trabalho do campo estava ligada à pequena produção. Nos movimentos sociais – e também dentro do próprio PT – desde há muito era debatido um programa de criação de empregos e geração de renda através do incentivo à agricultura familiar, o que só se tornaria viável com um novo Plano Nacional de Reforma Agrária.⁸

A reforma agrária não era tratada apenas como um instrumento de compensação social; era, ao contrário, uma peça fundamental no projeto de “mudança” e de combate ao desemprego que deram o tom da campanha eleitoral de Lula em 2002. Mas essa via foi dificultada pela expansão do mercado externo para os produtos primários, especialmente as commodities agrícolas. Criou-se, a partir daí, uma nova correlação política.⁹ No

7 No interior do governo, essa contradição se manifestou nas perspectivas diferentes – ou até mesmo opostas – do Ministério da Agricultura, capitaneado por Roberto Rodrigues e o Ministério do Desenvolvimento Agrário, que ficou a cargo de Miguel Rossetto, um quadro da ala esquerda do Partido dos Trabalhadores. De início, ambos os ministérios entraram em conflito com a política recessiva de “superávit primário” do ministro Antônio Palocci.

8 O Plano foi lançado no final de 2003. No entanto, o novo governo não estava disposto a realizar uma intervenção na estrutura fundiária visando a desconcentração da propriedade. Tampouco foram criadas as condições para o desenvolvimento de uma cadeia produtiva baseada na agricultura familiar. Algumas medidas, como o Plano Safra, representavam um avanço parcial, mas não escondiam a prioridade do governo. Dos 20 bilhões aplicados pelo Banco do Brasil na safra 2003/2004, 3,3 bilhões foram destinados à agricultura familiar (que teve grande dificuldade para liberar os recursos) e 16,7 aos demais setores.

9 No início do governo Lula, a situação no campo brasileiro era mais favorável

final de 2003, ocorreu um incremento de 10% nas exportações e uma queda da atividade econômica nos demais setores (processo que, nos últimos anos, veio a ser chamado de “primarização” da economia).¹⁰ No governo, um defensor do modelo da agricultura voltada para os grandes produtores foi José Graziano, que atuou durante o primeiro mandato de Lula como ministro extraordinário de Segurança Alimentar (posteriormente incorporado ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome). Nesse período, desenvolveu-se o Fome Zero, definido como programa de segurança alimentar, mas igualmente como “apoio à expansão local do emprego e da renda” (SILVA, J. S., 2013). Em 2007, como representante regional da FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação), afirmava que “as condições de mercado impostas pela globalização - alta produtividade, escala elevada e sofisticação comercial -, tornaram cada vez mais complexas a produção e a sobrevivência no campo”, o que, segundo ele, “descarta utopias agrárias ancoradas na mera repartição de lotes de famílias de produtores isolados para sua própria subsistência” (SILVA, J. G., 2007). Em 2012, Graziano volta à carga e defende abertamente o agronegócio como parceiro no combate à insegurança alimentar (SUMA; SILVA, 2013). O texto conjunto com Suma Chakrabarti, presidente do Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento, publicado no Wall Street Journal, aposta no papel do setor privado na “missão de alimentar o mundo” e nas estruturas políticas estáveis, isto é, aquelas que oferecem melhores condições para os investidores externos. Para os dois autores, não há oposição entre os pequenos agricultores e as grandes empresas. Daí as propostas de estímulo à agricultura familiar, cuja

às mudanças de caráter distributivista: “... existe muita terra ociosa no país e o grande capital não quer essa terra, ou, ao menos, não a está disputando. O governo poderia perfeitamente fazer um acordo com o agronegócio e fazer a Reforma Agrária apenas nas terras do latifúndio improdutivo, que estão muito baratas. Outro aspecto importante é que a população brasileira hoje é urbana. Isso quer dizer que o latifúndio não tem mais o peso político que tinha, não tem eleitorado que o sustente. Por outro lado, existem movimentos sociais organizados reivindicando a Reforma Agrária, que é uma bandeira de grande peso, simbólica para a esquerda” (BENJAMIN, 2003, p. 85).

10 Para Frei Betto, que ocupou cargo de Assessor Especial da Presidência da República, dedicando-se ao programa Fome Zero, “Lula afirmou na campanha que, antes de exportar alimentos, era preciso matar a fome do povo brasileiro. Ao chegar ao Planalto, mudou o enfoque, sobretudo porque a bóia de salvação econômica do governo, hoje, são as exportações agrícolas”. A observação data de março de 2003 (BETTO, 2007, p. 102).

incongruência com a cadeia produtiva do agronegócio parece resolvida de antemão na subordinação da pequena produção local ao negócio agrícola global.

O modelo agropecuário consolidado na última década, ao contrário do que presumem os representantes dos organismos internacionais, é tudo menos seguro. No caso brasileiro, ele tem se mostrado vulnerável à oscilação dos preços internacionais, o que exige sempre mais subsídios estatais. Assim, a viabilidade econômica das exportações continua dependendo dos fundos públicos: “o tesouro gasta por ano cerca de 9 bilhões de reais para sustentar a dívida dos ruralistas. Isso ocorre de diferentes formas, incluindo a securitização” (OLIVEIRA, 2006). Números recentes, justamente no aniversário de uma década do “grande salto”, indicam que o modelo atual, além de promover a expropriação das terras e dos modos de vida tradicionais, desorganiza a produção e ameaça a segurança alimentar – como já se pode ver na necessidade crescente de importação. Em 2012, o Brasil precisou ampliar em 50% a compra de arroz: “A colheita brasileira é estimada em 11,6 milhões de toneladas, representando baixa de 15,1%, em razão da menor incidência de chuvas e redirecionamento da lavoura para outras commodities de melhor remuneração” (BRASIL vai..., 2013). Pouco depois, o Ministério da Agricultura anunciou a importação de 200 mil toneladas de feijão, para equilibrar o mercado e conter a alta dos preços (BRASIL precisará ..., 2013). A fraqueza das políticas de proteção aos pequenos agricultores subordina as culturas autóctones a uma lógica econômica que funciona como se fosse mais sensato degradar a terra produzindo ração para porcos do que abastecer com alimentos as populações locais.

Na “Era Lula”, o que se vê é o mesmo modelo adotado pelo governo anterior, num contexto de enorme crescimento da demanda externa, que ocasionou a subida dos preços das matérias-primas e produtos agrícolas. Essa escalada dos preços, somada à desvalorização do Real, a partir das medidas adotadas em 1999 para debelar a crise financeira, fez do agronegócio exportador uma prioridade do governo. Passada uma década, o latifúndio se renovou.¹¹ Ainda que permaneça grande o número de terras

11 A começar pelo processo de internacionalização: “A incorporação de grandes extensões de terra, sobretudo, para a cultura de grãos tem sido fundamental para as grandes empresas do agronegócio. Enquanto no ano de 2001 em Iowa, nos Estados Unidos, um hectare de terra custava US\$ 350, em Mato Grosso custava apenas US\$ 57, o que está ensejando, inclusive, uma corrida de compra de terras de fazendeiros estadun-

improdutivas, a exclusão social no meio rural ocorre, nos dias de hoje, também devido à produtividade – o que tende a colocar em xeque a ideologia do desenvolvimentismo agrário. Trata-se, é claro, de uma produtividade destrutiva, que intensifica a concentração de terras e de poder político, representando uma espécie de “revolução conservadora” no campo. Por isso, o governo encabeçado pelo PT, que funciona através de alianças com os grandes grupos econômicos, precisa travar a reforma agrária e evitar o confronto com as empresas que atuam no território brasileiro. As estruturas arcaicas de poder no campo se modificam, mas a presença dos novos empreendimentos subverte o sentido da produção agroalimentar em favor da economia de mercado.

Referências Bibliográficas

BENJAMIN, C. As transformações do PT e os rumos da esquerda no Brasil. Entrevista concedida e coordenada por Demier, F. In. DEMIER, F. (org.) *As transformações do PT e os rumos da esquerda no Brasil*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2003.

BETTO, F. *O calendário do poder*. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. *Balanço Energético Nacional*. Brasília: 2012a. Disponível em: <https://ben.epe.gov.br/downloads/Resultados_Pre_BEN_2012.pdf>. Acesso em: 11 de set. 2013.

BRASIL vai aumentar em 50% a importação de arroz, diz FAO. *UOL Notícias Economia*. 06 agos. 2012b. Disponível em: <<http://economia.uol.com.br/ultimas-noticias/valor/2012/08/06/brasil-vai-aumentar-em-50-a-importacao-de-arroz-diz-fao.jhtm>>. Acesso em: 11 de set. 2013.

BRASIL precisará importar 200 mil toneladas de feijão, diz ministro. Jun. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2013/06/brasil-precisara-importar-200-mil-t-de-feijao-para-equilibrar-mercado.html>>. Acesso em: 11 de set. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Agropecuário 2006*. Rio de Janeiro, p.1-146, 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecua>

idenses no Brasil como já se pode comprovar na Bahia, em Goiás, Tocantins, em Mato Grosso e no Maranhão” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 248).

ria/censoagro/2006/agropecuario.pdf>. Acesso em: 11 de set. 2013.

OLIVEIRA, A. *Soberania alimentar requer rompimento com o agronegócio*. Entrevista concedida a Valéria Nader, 30 mai. 2006 Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/1862>>. Acesso em: 10 de set. 2013.

POCHMANN, M. *Nova classe média?* O trabalho na base da pirâmide social brasileira. São Paulo: Boitempo, 2012.

POLÍTICA no prato. *Globo Rural*, Rio de Janeiro, n. 157, Nov. 1998.

PORTO-GONÇALVES, C. W. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

RODRIGUES, R. Rumos do agronegócio brasileiro. *Folha de São Paulo*, 27 de setembro de 2012. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaio/68505-rumos-do-agronegocio-brasileiro.shtml>>. Acesso em: 11 de set. 2013.

SILVA, J. S. Segurança alimentar: uma agenda republicana. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 17, n. 48, mai/ago. 2013.

SILVA, J. G. Reforma agrária no século XXI. 25 de janeiro de 2007. Disponível em: <<http://www.jornaldaciencia.org.br/Detalhe.jsp?id=44023>>. Acesso em: 10 de set. 2013.

SUMA, C.; SILVA, J. G. Hungry for investment: the private sector can drive agricultural development in countries that need it most. *The Wall Street Journal*, Nova Iorque, 6 set. 2012. Disponível em: <<http://online.wsj.com/article/SB10000872396390443686004577633080190871456.html>>. Acesso em: 11 de set. 2013.

UM ano otimista para a agricultura. *Manchete Rural*, Rio de Janeiro, n. 118, abr. 1997.

VAZ, L. *A ética da malandragem*. São Paulo: Geração Editorial, 2005.

* André Villar Gomez é Doutor em Serviço Social (UFRJ); Marcos Barreira é Doutor em Psicologia Social (UERJ).

<villar_andre@yahoo.com.br> <marcosbarreira01@hotmail.com>

**UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO**

REITOR

Carlos Antônio Levi da Conceição
PRÓ-REITORA DE
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
Débora Foguel

**ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
DIRETORA**

Mavi Pacheco Rodrigues

VICE-DIRETOR

Marcelo Braz

**DIRETORA ADJUNTA
DE PÓS-GRADUAÇÃO**

Rosana Morgado

EDITORES

José María Gómez (ESS - UFRJ)

José Paulo Netto (ESS - UFRJ)

Maria de Fátima Cabral Marques Gomes
(ESS - UFRJ)

Myriam Lins de Barros (ESS - UFRJ)

COMISSÃO EDITORIAL

Janete Luzia Leite (ESS-UFRJ)

Alejandra Pastorini Corleto (ESS-UFRJ)

CONSELHO EDITORIAL

Alcina Maria de Castro Martins (ISMT,
Coimbra-Portugal), Ana Elizabeth Mota
(UFPE-PE), Antonia Jesuíta de Lima
(UFPI-PI), Berenice Couto (PUC-RS),
Casimiro Balsa (CESNOVA/UNL-
Portugal), Cibele Rizeck (USP-SP), Cleusa
dos Santos (UFRJ-RJ), Consuelo Quiroga
(PUC-MG), Denise Bomtempo Birche de
Carvalho (UNB-DF), Edésio Fernandes
(University College London - Inglaterra),
Elizete Menegat (UFJF-MG), Helena
Hirata (GEDISST-GNRS-França), Ivete
Simionatto (UFSC-SC), José Fernando
Siqueira da Silva (UNESP-SP), Júlio de
Assis Simões (USP-SP), Leilah Landim
(UFRJ-RJ), Liliane Capilé Charbel Novaes
(UFMT-MT), Marcelo Badaró (UFF-
RJ), Margarita Rosas (Universidad de La
Plata-Argentina), Maria Carmelita Yasbeck
(PUC-SP), Maria da Ozanira Silva e Silva
(UFMA-MA), Maria das Dores Campos
Machado (UFRJ-RJ), Maria Liduína de

Oliveira e Silva (UNIFESP-SP), Maria
Lúcia Carvalho Silva (PUC-SP), Maria
Lucia Martinelli (PUC-SP), Maria Lúcia
Weneck Vianna (UFRJ-RJ), Michael Lowy
(EHESP-França), Monica Dimartino
(Universidad de La Republica de Uruguay-
Uruguai), Neli Aparecida de Mello (USP-
SP), Potyara Amazoneida Pereira (UnB-
DF), Ricardo Antunes (UNICAMP-SP),
Rogério Lustosa Bastos (UFRJ-RJ), Salviana
Pastor Santos Sousa (UFMA-MA), Sérgio
Adorno (USP-SP), Sueli Bulhões da Silva
(PUC-RJ), Sulamit Ramon (London School
of Economics-Inglaterra), Valéria Forti
(UERJ-RJ), Vera da Silva Telles (USP-SP),
Vera Lúcia Gomes (UFPA-PA), Vicente de
Paula Faleiros (UnB-DF).

ASSESSORIA TÉCNICA

Fábio Marinho

Márcia Rocha

PRODUÇÃO EXECUTIVA

Márcia Rocha

REVISÃO

Alejandra Pastorini Corleto

Janete Luzia Leite

Maria de Fátima Migliari

TRADUÇÃO

Daniel Hanan

Daniel Stevens Torres Cárdenas

Fábio Marinho

Nicolle Varella Felipe

**DESIGN EDITORIAL
E DIAGRAMAÇÃO**

Fábio Marinho

WEB DESIGN

Fábio Marinho

Escola de Serviço Social - UFRJ
Av. Pasteur, 250/fundos (Praia Vermelha)
CEP 22.290-240 Rio de Janeiro - RJ
(21) 3873-5386
ess.ufrj.br/praiavermelha

Foto de Capa: Fábio Rodrigues Pozzebom/
Agência Brasil